

já temos a aprovação do Ministério das Cidades, do Ministério do Planejamento. Já fui a Brasília e negociei tudo. Então, os R\$50 milhões vão sair para poder fazer a reforma desses edifícios. Temos lá um plano e depois podemos apresentar na próxima reunião, que é interessante. Separamos e cada prédio virou uma etapa para não ficarmos esperando aprovar projeto de todos os edifícios para poder usar o dinheiro. Então, terminou o primeiro edifício, já começa, libera a obra, primeira etapa, os FNHIS, e começa a obra. Assim, subsequentemente. De maneira que não percamos um tempo muito grande no licenciamento e na aprovação de todos os dez projetos de uma única vez. **Sra. Luciana** - Boa tarde a todos e a todas. A autorização que vamos dar na Comissão Executiva é para recursos do FUNDURB? E não do FMH? É isso? **Sr. Fernando Chucre** - Não vou lembrar o número da lei, mas em 12 dezembro de 2016 foi apresentada uma resolução no Conselho que, dos 30% do FUNDURB, eles teriam a gestão também do Conselho no sentido de validar as decisões da Secretaria de Habitação. Então, só estamos cumprindo essa determinação legal de 2016. **Sra. Luciana** - E não vai nenhum recurso do FMH? **Sr. Fernando Chucre** - Não. Esses são recursos do FUNDURB. Dentro do nosso pacote de desapropriações de FUNDURB, 30%, um terço, aproximadamente, sempre validamos com os senhores aqui. E sempre selecionamos projetos que têm a ver com programas, como o Locação Social, que os recursos já têm a ver diretamente com este Conselho. É uma maneira só de cumprir uma determinação legal. **Sra. Luciana** - Entendi. Mas, nesses quatro, não há recursos do FMH? **Sr. Fernando Chucre** - Não. Nesses quatro, 100% de recursos do FUNDURB. Só FUNDURB. **Sra. Luciana** - E as perícias ainda não foram finalizadas. É isso? E temos aqui os valores venais? **Sra. Juliana** - Se temos o valor venal é porque ainda não temos a perícia definitiva; tenho laudo prévio. O primeiro, José Bonifácio, está com laudo definitivo. Esse valor aqui, R\$9,5 milhões, já é o laudo definitivo do perito. O Praça da Bandeira também está com laudo definitivo, R\$6,8 milhões. O Aurora está com ação desapropriatória, com laudo definitivo. Então, é só no São João 247 que ainda não saiu nenhum laudo prévio. Então, aí temos o valor do ITBI. **Sr. Fernando Chucre** - Vai fazer o depósito inicial do valor do ITBI, que é o procedimento normal da prefeitura nos casos de desapropriação, até que saia o laudo definitivo. **Sra. Luciana** - Está claro. **Sra. Verônica** Secretário, queria entender se todos esses prédios serão para moradores de rua? Não vai haver nada para as pessoas idosas que estão no aluguel, na parceria do aluguel? Porque temos pessoas idosas na parceria do aluguel. Outras que estavam saíram. Queria entender se tudo isso é só para os moradores em situação de rua. **Sr. Fernando Chucre** - Inclusive a Juliana está me corrigindo. Eu disse que os quatro são para o FNHIS, mas dois são para o FNHIS. Os dois primeiros são para o FNHIS e os outros dois são para o Programa de Locação, que os senhores já conhecem o modelo do Vila dos Idosos, Palacete dos Artistas. Nos outros, os senhores já sabem o que estamos fazendo e temos sim intenção de continuar com o atendimento de idosos. E ficou estabelecido entre SEHAB, Ministério das Cidades, SMADS, Secretaria Nacional de Desenvolvimento Social, a nossa Secretaria de Direitos Humanos, Municipal, e a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, que, nesses edifícios, mesmo sendo para a população em situação de rua, dariamos preferência para idosos, mulheres que estão em situação de rua, mas que têm crianças menores, acompanhadas de crianças menores. Então, temos todos os critérios que aprovados agora, no FNHIS, vamos trazer aqui para os senhores validarem. Em uma das reuniões lá, atrás, conversamos em tese e hoje já está muito mais avançado. Hoje é um projeto que foi discutido com três secretarias do município e três secretarias nacionais e que deve ser aprovado pelo Conselho do FNHIS, que estabelece os critérios claramente. Mas, lhe respondendo objetivamente, há sim a prioridade mesmo nos de população de rua, nos de POP Rua, para atendimento de pessoas idosas. É que há vários modelos. Como é piloto, Verônica, um edifício será aquele House In First, que é uma tese do pessoal de SMADS, de realocar pessoas para um imóvel. Invertendo a lógica de se fazer jornada de autonomia, vamos de certa maneira dando condições, tratamento, requalificação, até chegar na habitação. Então, um desses imóveis tem a tese contrária, pegar a pessoa da rua e colocar diretamente no imóvel e começar a fazer a reinserção dessa pessoa na sociedade morando em uma unidade habitacional. Os outros, cada um deles tem um piloto diferente. Por exemplo, vários desses edifícios, queremos fazer gestão com movimentos ou com entidades ligadas à questão de população de rua, ou ligadas à questão de habitação. Cada um desses edifícios vai ter um piloto diferente que vamos monitorar. Entramos em contato com o Mackenzie e com a USP, no sentido de que façam monitoramento desses projetos pilotos para nós, daqui a um tempo, termos informação para decidir se esse modelo é melhor do que aquele, baseado em alguma informação real, e não ficar na situação da Locação Social, como há muitas experiências internacionais, e aqui no Brasil temos basicamente a experiência de São Paulo, com casos de sucesso e outros que têm muitos problemas, como o Parque do Gato, por exemplo. Então, é monitorar desde o nascimento para que possamos depois avaliar a política pública e avaliar a mais eficiente, vamos dizer assim. Então, vai haver atendimento sim. **Sra. Verônica** - Entendi, secretário. Para o acompanhamento das famílias é o mais complicado, porque, se pegamos a pessoa, o que aconteceu na Rua das Olarias, que sempre cito aqui o que aconteceu, e colocamos uma administradora, pode dar tudo errado. Agora, se há uma associação acompanhando, ou outras entidades, eu ainda quero acreditar que isso é o certo, secretário. Já vou chegar aos sessenta anos. Agora, a questão dos projetos, seria bom saber o que estamos aprovando, ou quanto tempo demorará para aprovar; se nós, do Conselho, vamos pelo menos acompanhar isso, como vai se dar isso, secretário. Eu fico contente de saber que pelo menos uma vez na vida um secretário chegou aqui (e não é puxando o saco porque não puxo o saco de ninguém) e disse que vamos desapropriar esses prédios e são para Locação Social. Demorou muitos anos para eu ouvir isso. Muitos anos! Eu fui a primeira que começou a falar em Locação Social e todo mundo dizia que eu era louca e que o governo não podia fazer isso. E eu disse: "Pode". Então, quero dar os parabéns, secretário, presidente da COHAB. Parabéns ao pessoal da COHAB. Isso é para atender a população mais necessitada desta cidade. Era isso que queria dizer. **Sr. Fernando Chucre** - Vai dar certo e precisamos da ajuda dos senhores porque essa discussão de Locação Social é complexa, sob vários aspectos. Por isso iremos fazer o modelo de vários pilotos e com a ajuda do Conselho fazer um monitoramento disso, para entendermos como funciona e o que pode dar certo. **Sra. Nilda** - Já estou até contemplada com as explicações dos critérios. Queria só dizer que me lembro quando foi colocada aqui uma apresentação rápida sobre o Locação Social. E até perguntamos: "Mas, como vai ser, Chucre? Vai vir aqui, vai explicar passo a passo". Porque ficamos preocupados. Aqui, no Conselho Municipal de Habitação, passa e acabamos aprovando algo que lá, na frente, vai resultar em um programa de moradia, em um atendimento, em qual vai ser a prioridade. Então, nos preocupamos realmente se esses critérios serão realmente aplicados e a prioridade, qual vai ser para esse atendimento. Porque, como disse a Verônica, esperamos tanto para ver o Locação Social acontecer, gestões e mais gestões do Conselho Municipal de Habitação para ver de fato o Locação Social acontecer. E não ter só como experiência para apresentar para fora, dizendo: "Esse é o modelo", mas que realmente seja um programa da Secretaria de Habitação e que inclua o povo de fato; que não seja só um atendimento para uma mera apresentação de um programa que existe na secretaria. Mas que seja uma política da Secretaria de Habitação. Porque sabemos que há esses segmentos que, se não for um programa como esse, não conseguem acesso a uma moradia. Parabéns. **Sr. Fernando Chucre** - Até lembrando que na mesma PPP, que solta-

mos um edital para consulta, recentemente, para 34 mil unidades habitacionais, que é óbvio que queremos contratar o máximo possível, e, se depender de nós, vamos contratar as 34 mil. Queremos contratar o máximo possível, mas colocamos no edital que até 10% das unidades poderiam ser adquiridas diretamente pela COHAB, e fazer a gestão pelo Programa de Locação Social. Isso por quê? Para termos as oportunidades do Locação Social. Na antiga Cracolândia, na 37-38, que desapropriamos e estamos aguardando o perito judicial definir o valor para podermos pedir a emissão da posse, para poder iniciar ali um projeto habitacional, para atendimento das famílias residentes na própria região, há um problema que identificamos, os próprios movimentos de moradia. Está lá o Gaspar Garcia, o Dito que acompanha de perto e um monte de gente que acompanha muito de perto a questão da Cracolândia. Estamos aderindo à PPP do Centro porque tenho financiamento e tenho condições de produzir as unidades rapidamente; começo a obra assim que aprovar o projeto, com financiamento garantido. Dentro das famílias que serão atendidas, identificamos certo número de famílias que percebemos claramente que são de extrema vulnerabilidade. Então, essas famílias, corremos o risco de colocarmos em uma unidade habitacional, a pessoa recebe uma proposta um mês depois e sai dessa unidade. Várias delas não têm condição, pelo que vimos no cadastro, que terminamos agora; além da selagem que tínhamos feito no ano passado, fizemos um cadastro socioeconômico muito detalhado e há um percentual de famílias que vamos propor - e há uma participação da Sociedade Civil, que me parece que agora está bem alinhada conosco nisso - mas vamos propor que parte dessas unidades seja destinada para o Programa de Locação para atender essas famílias de alta vulnerabilidade, com garantia de que ficam lá com acompanhamento social, além da questão de condomínio, de manutenção. Então, com acompanhamento social também para ver se conseguimos fixá-las aqui, na região central. Então, estamos prevendo a possibilidade, quando se vincula o projeto a uma ação de urbanização, de reassentamento, de aquisição por COHAB, para poder aportar essas unidades do Locação Social. Depois teremos a oportunidade de discutir. E só para fechar, por que o FNHIS deu um pulo na frente? Porque estamos discutindo a nova lei para o Locação Social. O FNHIS deu um pulo na frente porque tivemos uma oportunidade de financiamento pelo Fundo Nacional, que são esses R\$50 milhões para reformar esses prédios. Agora, o Programa de Locação Social é muito mais amplo do jeito que estamos propondo, que, para o nível de famílias, para o nível que há de moradores de rua, estudantes, há outras modalidades que estamos fazendo com subsídio e com custeio cruzado. Então, vou dar um exemplo. Nesses edifícios que estão sendo destinados para o Locação Social para morador de rua, a Secretaria Nacional de Desenvolvimento Social vai custear, vai ajudar no custeio desses empreendimentos, vai dar um valor mensal para ajudar o município no custeio desses empreendimentos. Por que isso? Porque especialmente nessa população mais vulnerável vai precisar de um atendimento. E, como a senhora mesmo disse, Verônica, não esse que vai lá uma gerenciadora, monta uma mesinha na porta do empreendimento e espera alguém vir reclamar. Vai ter que ser muito mais ativo e articulado com outras secretarias o acompanhamento social. Então, existe também, como com os estudantes, que estamos negociando com o Ministério da Educação uma condição para estudantes de baixa renda, que são ligados ao FIES, basicamente, ou a outros programas federais, que custeiam o ensino superior, para que tenham um recurso para ajudar em moradia. Então, também vamos pegar recurso federal para nos ajudar no custeio, que é um problema que temos hoje no nosso Programa de Locação Social, que custa - caro ou barato é outra história, nem temos que entrar nesse mérito - mas custa para a habitação e acaba, como o Auxílio Aluguel nosso, tirando recursos da produção, da organização, para esse custeio, que é o que procuramos não fazer no geral. Vamos ter oportunidade de discutirmos muito com muito mais detalhes o que chamo de subprogramas. É o Programa de Locação Social e o sub de Locação Social para POP Rua, Locação Social para estudantes. E lembrando que vamos continuar gerindo todo o programa por COHAB, que a COHAB tem expertise. Não vamos fazer por SEHAB. Vai ser feita a gestão por COHAB, que já é onde faz hoje. Vamos mudar o modelo, mas vai continuar sendo feita por COHAB. **Sra. Luciana** - Maiores informações sobre esse programa da Secretaria Nacional de Habitação, o senhor sabe onde podemos encontrar? **Sr. Fernando Chucre** - Não é da secretaria. É nosso programa. **Sra. Luciana** - Mas eles vão dar o custeio. **Sr. Fernando Chucre** - Por isso que é um programa que não é só do Ministério das Cidades. É também da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos. Porque, como é projeto piloto, estamos aprovando, no FNHIS, como projeto piloto de Locação Social. Por que pelo FNHIS? Porque a política nacional de habitação não previa essa modalidade de Locação Social. É uma coisa que ninguém estava tendo. Então, negociamos com o ministro, temos recursos pelo FAR, pelo FDS, e aí a política nacional não prevê - é um ajuste que tem que ser feito lá - financiamento, não prevê Programa de Locação Social. Ai estamos fazendo uma busca ativa em toda a legislação federal, onde existia o programa, onde citava o programa. O único lugar que cita pela política nacional, é o FNHIS, Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Então, entra como piloto no FNHIS e também nos respectivos fundos das outras secretarias nacionais, que não são vinculadas ao Ministério das Cidades para poder destinar recursos em caráter, vamos chamar de definitivo, porque é custeio, para esses programas pilotos. A tese é que eles vão nos ajudar a monitorar; o resultado desse monitoramento sobe para as secretarias nacionais e isso pode ou não gerar um programa nacional com financiamento específico para qualquer município do país adotar esse modelo, se achar viável. É um projeto piloto. Não existe um fundo específico. É piloto e está sendo aprovado como piloto em todas as secretarias. **Sra. Luciana** - Está certo. Então, desses quatro, dois são projetos pilotos do FNHIS e os outros dois? **Sr. Fernando Chucre** - Serão para outros projetos pilotos que vamos apresentar no momento adequado aqui, que pode ser para idoso, pode ser para família. **Sra. Luciana** - Então, os quatro são projetos pilotos ainda? Não estão na grade de produção? Porque tivemos o Minha Casa Minha Vida antes. Está claro. **Sra. Verônica** - Secretário, o senhor achou o nome do FNHIS porque o FNHIS passou pelo Conselho Nacional na época e teve uma revisão. E eu participava como suplente. Fiz uma briga do caramba para entrar nessa discussão. **Sr. Fernando Chucre** - Ainda bem porque está lá e conseguimos R\$50 milhões. Não é pouco dinheiro. Então, se que tiverem de acordo com o Item 2 da pauta, mantenham-se como estão. Aprovado. Item 3. **Sra. Cristina** - Vamos passar para os senhores o orçamento que foi aprovado para 2018. Trouxemos neste ano um formato um pouco mais diferente, tentando chegar a um modelo ideal para que fique mais claro para os senhores o que estamos aplicando, onde estamos aplicando. Ao invés de ficar usando aquele monte de códigos, algo mais palpável, mais visível para os senhores. Plano de Investimentos para 2018. Objetivo: aprovação do Plano de Investimentos do FMH para o exercício de 2018. Justificativa: execução de obras e ações nos empreendimentos da carteira do FMH, adequando essas ações ao orçamento aprovado na Câmara Municipal de São Paulo, tendo a COHAB como operadora nesses recursos. Essa primeira parte é de custeio, da administração da carteira imobiliária. Foram aprovados no total R\$19.817.119 milhões. Esses valores são divididos em: registros de contratos de cobrança, que são pagamentos de taxa de cartórios e de registros das cobranças do CDT. A previsão para o ano é de R\$400 mil. Tarifas bancárias, pagamentos de tarifas da CEF e Banco do Brasil pelo recebimento de boletos e manutenção das contas, R\$286.500 mil. Alojamentos Jacaraípe e São Carlos, pagamentos de contas de energia elétrica e água, R\$340 mil. Vigilância patrimonial, que é

o contrato de vigilância dos empreendimentos do FMH, R\$1.827.198 milhão. Nossa Senhora da Penha é um acordo que fizemos uma conta ambiental da CETESB e iam ser condenados em uma multa de milhões. Foi feito um acordo e estamos pagando uma média de R\$2,5 mil por mês. São sessenta parcelas de mais ou menos R\$2,5 mil e já pagamos doze no ano passado e temos mais doze para esse ano de R\$25.705,20 mil. E deixamos uma rubrica de outros, R\$149.715 mil, porque, quando fazemos o orçamento, é no meio do ano anterior. Até que chegamos para executar esse ano, sempre há uma ou outra variação nessas previsões anuais que foram feitas. Então, para termos uma margem de remanejamento para suprir alguma falta, deixamos aquele valor sem uma vinculação específica, para atender algum item nesse enquadramento. Obrigações tributárias, pagamentos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL sobre faturamento. Imposto que é pago sobre a receita do Fundo Municipal de Habitação. A estimativa é de R\$1.790 milhão. E pagamento de remunerações à COHAB, conforme previsto nas resoluções do CMH, R\$15 milhões. Essas rubricas somadas totalizam os R\$19.817.119 milhões relativos ao custeio da carteira do FMH. Vou passar para a Juliana agora, para falar da parte de investimentos. **Sra. Juliana** - Essa segunda parte aqui tem a ver mais com cada empreendimento. O Item D1 é Nossa Senhora da Penha II e III, que é monitoramento de gases, que já está em elaboração, em andamento. O valor é R\$394.600 mil. Visando uma futura regularização. Temos que finalizar essas investigações ambientais para futuramente conseguir regularizar. O Cônego Vicente Marino é um terreno que está destinado no chamamento do FDS. A investigação ambiental, R\$244.460 mil. O Texima, que tem manutenção, R\$29.346 mil. O Munk, manutenção, R\$172.142 mil. Outros, que seriam subsídios ao Programa Locação Social, aporte do São Francisco do Lajeado e projetos AVCB, R\$2.759.452 milhões. Outros auxílios financeiros a pessoas físicas, que é a Parceria Social, R\$600 que é um valor simbólico. Sentenças judiciais e custas judiciais e obrigação de fazer Vila Nova Cachoeirinha, R\$2,5 milhões. Totalizando o valor de R\$6.100.600 milhões. O próximo slide. Lá em cima está ruim de ler, mas seriam as dotações orçamentárias, que tivemos emendas parlamentares para este ano, que acabaram vindo para o FMH R\$900 mil para nos ajudar a fazer os projetos de AVCB, para regularização. Então, é uma dotação nova que entrou. Abaixo, continua e vai somando tudo. O Item G1 é Vila Nova Cachoeirinha, investigação ambiental, R\$190 mil. Temos complementação e o que já está em andamento. Então, está prevista uma complementação. Está terminando e vai ter complementação. **Sra. Nilda** - Juliana, a senhora pode ir falando e já explicando o que é cada projeto porque nem todos sabemos. **Sra. Juliana** - O único que está no chamamento FDS que eu disse é o Cônego Vicente Marino. Os outros já são empreendimentos implantados, visando à regularização. O Vila Nova Cachoeirinha também. É um antigo que, se não terminarmos a investigação ambiental do Vila Nova Cachoeirinha e do Nossa Senhora da Penha, não conseguimos regularizar. O Cônego novamente aqui, que é do chamamento do FDS, mais R\$100 mil. Outros, que seriam manutenções e projetos de AVCB, R\$300 mil. Esse valor, já vamos pegar alguns projetos para regularização, que vamos deixar prontos para o ano que vem. São empreendimentos para regularização fundiária. Fernão Dias, investigação ambiental. É uma área que estamos desapropriando, que vai para PPP, R\$50 mil. Bresser VI, investigação ambiental, R\$60 mil, que é complementação. Esse está no chamamento FDS, da Verônica. Aqui, monitoramento de gases, investigação, TCAs, TCRA, projetos, monitoramento de gases e investigação e outros, R\$80 mil. O Item G soma R\$780 mil. O H são as obras para esse ano de regularização fundiária. Então, são os mais adiantados. O que disse lá em cima são serviços e projetos. Aqui são obras. Então, Imigrantes II, AVCB, R\$640 mil. Munk, AVCB e estruturais, R\$3.580 milhões. Vila Mara I e II, AVCB, R\$3.183.537 milhões. Jardim Imperador, AVCB, R\$1.500 milhões. Outros, que são obras de manutenção, R\$46.462 mil. Adequamos ao que temos aprovado na câmara. Tivemos que fazer uma seleção para onze empreendimentos para este ano de regularização fundiária. O Item J, esse foi uma emenda parlamentar de reforço de dotação para obras de regularização fundiária, R\$300 mil. São condomínios dentro do Conjunto Habitacional Barro Branco II da COHAB, que são esses condomínios que precisam de AVCB para regularizar esses condomínios, e que totalizam R\$300 mil. Aí, no Item K e L, vamos começar do Programa Locação Social, tudo que vamos gastar neste ano com o Locação Social, que tem R\$11.126 milhões. Então, ele é distribuído por itens. Seguro Locação Social, R\$20 mil. Portaria, zeladoria e limpeza, R\$1.480 milhão, que vamos contratar uma empresa para fazer esses serviços no parque já existente atualmente. Locação Social, pagamento de água e luz, R\$1,5 milhão. Locação Social, manutenção predial, R\$1.110 milhão. Revisão de instalação de rede de gás, R\$450 mil. O Parque do Gato, para conseguirmos tirar o AVCB para regularizar, são esses valores, três parcelas de R\$330 mil mais uma de R\$450 mil. São os vários condomínios do Parque do Gato para conseguir regularizar. Item L, reforma do Edifício Mario de Andrade (Asdrúbal do Nascimento), R\$1.700.795 milhão. E tenho mais outra de reforma de R\$388.955 mil. Aí temos Asdrúbal do Nascimento para AVCB, Locação Social, R\$45 mil. Vila dos Idosos, AVCB, para conseguir regularizar, R\$127.600 mil. Palacete dos Artistas, AVCB, R\$250 mil. Olarias, AVCB, R\$200 mil. Senador Feijó, AVCB, R\$60 mil. Aí vem instalação de elevadores, R\$1,4 milhão. Manutenção de elevadores, R\$120 mil. Individualização de hidrômetros, R\$500 mil. Outros serviços de manutenção, R\$207.649 mil. Esses R\$48.923.719 é o total do orçamento do FMH. **Sra. Luciana** - Então, os investimentos, na realidade, estão colocados para obtenção de AVCB e regularização dos empreendimentos já existentes. Não há nenhum item do FMH, do orçamento aprovado na câmara, que tenha a ver com construção de novas unidades ou retrofit? É só AVCB e regularização dos empreendimentos existentes. Certo? **Sra. Juliana** - Certo. E algumas manutenções, troca de elevador. **Sr. Fernando Chucre** - Nós, inclusive, o Fundo, porque estamos falando de recursos públicos, temos um problema crônico que é de reinvestimento nas mesmas coisas todo ano. Investimos no AVCB e no ano seguinte roubaram os hidrantes, os extintores. Então, a decisão que estamos tendo, que achamos que é a melhor maneira com relação a investimento público, é fazer essas obras, regularizar, definitivamente esses empreendimentos, e não no caso de Locação Social, que continua sendo nossa obrigação, mas, nos casos de outros empreendimentos, transferir de uma vez por todas essa responsabilidade para os condomínios. Fizemos um levantamento rápido lá e todos os anos, ano sim, ano não, pegamos determinado empreendimento e gastamos uma fortuna para fazer uma série de regularizações, por motivo de depreciação, por vários motivos; roubam tudo, esculhambam com tudo e, como está na nossa conta, o imóvel continua sendo nosso, porque não está regularizado, a conta vem novamente para nós, para podermos fazer essa regularização. Então, é uma tentativa que vamos fazer. E não só AVCB. É uma série de outros investimentos que vamos fazer na área de regularização, com exceção de Locação Social, para encerrar o processo de regularização e entregar para os condôminos fazerem a gestão. Se precisar fazer mais algum investimento no sentido de gestão social e gestão condominial, investimos um pouco mais nisso, mas para parar de gastar sistematicamente dinheiro com isso. **Sra. Cristina** - O orçamento do FMH é baseado na capacidade de arrecadação de receita dele. Então, o FMH tem uma carteira muito baixa, altamente subsidiada, e o que complementa essa carteira é um recurso que vem da outorga onerosa da lei de anistia que fica a arrecadação sob a gestão da prefeitura. Então, por isso os orçamentos que são aprovados dentro do FMH são de valores baixos. Não sei se notaram, mas na última linha do Plano de Investimentos há a aquisição de imóveis com valor simbólico de R\$1 mil. Por quê? Porque que tenhamos um programa, porque o recurso para aquisi-

ção normalmente vem de fora. Por conta do PDE, 30% devem ser utilizados em aquisição de imóveis. Por isso, vêm para cá, para aprovarem. O FUNDURB aprova a aplicação do recurso. E os senhores aprovam onde será utilizado aquele empreendimento. Então, colocamos todos os empreendimentos viáveis para habitação e apontamos que é para Locação Social. Por isso vem para cá para os senhores aprovarem. Então, por isso esses valores são realmente baixos. O que vem para a construção do FMH? Os R\$55 milhões que vêm do FNHIS e o que vem para a aquisição é o dinheiro que o Fundo aprova para o Plano de Investimentos daqueles imóveis que estão vinculados ao Locação Social, que necessariamente tem que ser para o FMH. **Sra. Verônica** - Um pedido nosso, do movimento, foi que conseguíssemos zerar todos os problemas que existissem dessas dotações antigas, pelo Fundo Municipal. E daí o secretário, junto ao presidente da COHAB, negociam. O secretário, o pessoal da COHAB, se debruçaram e levantaram. Cada reunião do Conselho que vimos, ou tem que votar o dinheiro do Gato do Olarias, ou tem que pagar o condomínio do Parque do Gato. E isso não é possível. O pessoal no Parque do Gato destrói tudo. No Olarias, é uma tristeza. Tem que regularizar isso, tem que entregar o condomínio. As pessoas têm que ser avaliadas se têm condições de morar lá ou não. Se não têm, tem que mudar para o Locação Social. Eu fui a criadora da Rua das Olarias e quando me deparei com aquilo! É pior foi a Cracolândia. Muito triste! **Sra. Mariza** - Boa tarde. Acho que temos que tentar fazer um trabalho, como a prefeitura está fazendo, de tentarmos realmente finalizar todas as pendências. Vou falar pelo Unidos, claro. Recebemos um aditivo do Unidos. Também preparamos toda a finalização para o AVCB. Acabamos de colocar o extintor de incêndio e o pessoal já começou a roubar. Para não acontecer acidente pior tiramos todas as mangueiras. Vamos ter que arrumar dinheiro para comprar novamente. Não podemos mais pegar dinheiro do Fundo. Não sei se sobrá para colocar dinheiro de novo. É um trabalho de conscientização. E sabemos que é a molecada do conjunto. Mas, para o ano que vem, como proposta, estamos muito preocupados, como o movimento de moradia, porque hoje só ficamos pensando no recurso do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, por mais que explicaram, que há outros recursos, que podem ser pensados para moradia, mas ainda sonhamos de quem sabe no ano que vem termos recursos do Fundo destinados para moradia de interesse social. E voltar o programa, não sabemos se mutirão com autogestão. Por mais que temos problemas com o pessoal que vai morar, mas são 20% dos problemas, porque estamos ali, enquanto coordenação, trabalhando a demanda para cuidar do patrimônio que é nosso. Então, eu pensava em, ano que vem, estarmos aqui falando de outro cenário. O município precisa pensar em recursos; não tem recursos para compra de terras. No Fundo, acho que não encontramos isso. Então, para ano que vem termos outro pauta para aprovar. É isso. **Sra. Luciana** - Secretário, queria fazer uma contribuição e uma discussão também, como alguém que estuda esse tema. Ainda tenho muito que aprender, óbvio. Mas estamos aqui discutindo todas rubricas que começam com "F". São fundos. Fundo do FMH e FNHIS. Esses fundos, estamos discutindo isso porque foram criados nessa lógica, na Lei 4.320, precisa de um conselho, e por isso conseguimos discutir e ter transparência, ter segurança jurídica para os senhores, que estão administrando, para a COHAB, e para nós, que estamos decidindo. Por isso ele é um modelo importante, que ainda consegue se sustentar. Só estamos conseguindo fazer um piloto por conta da sua gestão e por conta de existirem esses R\$50 milhões do FNHIS. Por conta de termos esses recursos do FUNDURB destinados exclusivamente para isso. E recursos do FMH. Como conselheira gostaria de solicitar que, para o ano que vem, como uma moção de uma conselheira do Conselho, exista um aporte maior de recursos ao Fundo Municipal de Habitação, para que se possa fazer subsídios, construção de novas unidades, manutenção de Locação Social, que é própria da COHAB e não ficamos com um percentual tão baixo, que diminui o poder de fogo do próprio gestor. Então, de fato ampliar o acesso. Só conseguimos fazer o subsídio do Minha Casa Minha Vida por causa de outro fundo, o FGTS. E de resoluções dentro do FGTS que permitiam um debate político, como esse que estamos tendo, de política pública, e ampliar o acesso, o que beneficiou a todos, empresas, movimentos e tal. Há muitos questionamentos, nossos, inclusive, universidade, sobre a questão da localização, questões urbanísticas, mas o desenho de subsídio é um desenho que se mostrou efetivo. Então, queria solicitar que tivéssemos, que dessemos um apoio político do Conselho, pelo menos da minha parte, e não sei se fazemos uma votação, para que tenhamos um aporte de recursos orçamentários da Fonte 00, que seja para a COHAB Fundo, para a questão de financiamento e subsídios etc. para o Fundo Municipal. Ainda que o posicionamento político dessa gestão seja de ampliar as parcerias público-privadas e essa ser a principal forma de provisão habitacional, ainda não conseguimos universalizar direitos e habitação somente com essas parcerias. Porque eles têm a lógica de investidor, que não está errada. É a lógica do investidor privado. O investidor privado tem a lógica dele. O que é importante é que não é possível fazer política de universalização de direito de moradia sem orçamento, sem Tesouro. Vivemos uma crise mundial, tenho estudado isso, e há estudiosos dizendo como o raio democrático está diminuindo, quanto mais restrito é o poder de decisão do gestor em cima de orçamentos que estão comprometidos com pagamentos de dívida pública para investidores. Mas ainda temos uma pequena margem. E nessa margem de construção de política fortalecer fundos de políticas públicas ainda é um caminho para nós. Era isso que queria deixar como contribuição. **Sr. Fernando Chucre** - A habitação, inclusive, Luciana, se a senhora pegar os nossos últimos orçamentos, de habitação e COHAB, 100% dos recursos de investimentos não são mais Fonte 00. Não estou falando de 90% e nem de 80%. Se a senhora fizer a análise do nosso orçamento, 100% dos recursos de investimentos hoje de COHAB e SEHAB são vinculados a fundos, FUNDURB, FMSAI e outros fundos que temos. O único dinheiro que vem de Fonte 00 para nós é o de custeio. A senhora pode fazer essa análise no orçamento municipal e é uma briga nossa, inclusive, porque fundos normalmente têm vinculação de arrecadação com algum outro instrumento urbanístico, por exemplo. Se há uma crise econômica e não se arrecada, não se investe em habitação. Há o risco de não ser investimento. Vou dar um exemplo do orçamento desse ano que nos preocupa muito. Eu e o Edson temos discutido na Fazenda, na câmara. Se os senhores analisarem o orçamento deste ano, temos lá o investimentos previstos e vou dar um exemplo: R\$140 milhões da Fonte 10, que é ligado à privatização e desestatização. E, se não vender alguma coisa, temos uma crise orçamentária pesada em SEHAB e COHAB possível de acontecer este ano. Há outra caixinha lá que é de R\$200 milhões de financiamento, que estamos desde março do ano passado tentando conseguir assinar um contrato de financiamento, que também estamos com essas mudanças de humor na Fazenda, na Secretaria do Tesouro Nacional, especialmente, e o município hoje tem limite; amanhã não tem mais porque mudou a regra; na semana que vem mudou a classificação. Então, estamos apavorados com relação ao nosso orçamento de 2018 com essa possibilidade de por motivos externos termos um prejuízo muito grande nos investimentos e nas provisões de investimentos na Secretaria de Habitação e na COHAB. Nesse sentido, a senhora tem toda razão. **Sr. Edson** - Há outra questão que acho um avanço. Conseguimos com os secretários envolvidos em FMSAI que o que tivesse de excesso de arrecadação este ano com os impostos da SABESP, esse excesso ficaria exclusivamente conosco. Nesses últimos anos o que foi acontecendo era que o FMSAI que antes era só para habitação foi se deslocando para outras secretarias. Então, conseguimos, tiramos essa decisão com o prefeito e com os outros secretários que participam no FMSAI e o que houver de excesso - e não estamos tirando do que eles